

SR. PRESIDENTE: Certo. Vamos dar início então à Reunião Ordinária do COMDEMA, dia 26 de setembro de 2024, número 220. Só da parte de informes gerais. Só informar, ontem nós fizemos um evento aqui no Paço para discutir a questão da fauna silvestre e o desenvolvimento urbano. É um evento que contou com a participação da CETESB, da Cemil, do Ministério Público, da Via Arteris e também diversas pessoas que compõem a sociedade civil, compõem também ONGs. Enfim, foi um evento bem bacana. A gente pode discutir bastante o tema das 08h00 até às 15 para as 18h00. Nós fizemos só uma horinha de intervalo e aí foi bem relevante a discussão, no sentido da gente encontrar alternativas e exemplos práticos, pessoal que trabalha muito na área, para a gente mitigar esse conflito que existe entre a fauna silvestre e o desenvolvimento urbano aqui no município de São Carlos.

Então, só essa informação a gente está organizando a Conferência Municipal do Meio Ambiente, ela vai acontecer em dezembro. A gente amanhã, sexta-feira, tem uma reunião para a gente definir quais serão os próximos segmentos. E aí logo vocês serão informados também desse evento municipal. Depois nós teremos um evento da Conferência Estadual e, por fim, a conferência a nível nacional. Então, só para vocês saberem que nós estamos nos preparando e aí, com certeza vocês serão informados também sobre os acontecimentos. Hoje nós temos... Alguém tem alguma informação a passar que ache relevante nesse momento? Não? Então nós temos duas pautas hoje. A manifestação sobre o empreendimento da Construtora Petra Engenharia Limitada ao Processo Municipal 12.661 de 2022. E depois a gente tem uma apresentação para o COMDEMA sobre a LOA, a Lei de Orçamento Anual da Secretaria do Meio Ambiente, para que vocês conheçam qual é o planejamento para o ano que vem. Vou chamar aqui o Felipe Ronda para fazer a apresentação do empreendimento e aí depois a gente delibera sobre o empreendimento.

SR. FELIPE: Boa noite a todos. Meu nome é Felipe, sou da Monte Urbano e estou aqui representando a Petra Engenharia. Vou apresentar o Estudo de Impacto desenvolvido para o empreendimento Condomínio Residencial Vertical Unifamiliar está localizado na Rua Vicente Petrilli, próximo à confluência com a Rodolfo Luporini. Bom, essa é a localização, né? Ele está a montante... Ele está a montante, aqui é o Córrego do Cambuí, ele está do outro lado do Santa Maria do Leme, no Jardim Hikare. O lote é esse daqui, ele fica na esquina da Rodolfo Luporini com a Vicente Petrilli e aqui ao lado tem uma área pública do sistema de lazer, vai ser transformado em uma praça. Essa é a frente do lote.

Bom, esse é o projeto do empreendimento. Ele conta com quatro torres, de nove pavimentos, quatro unidades por pavimento, um total de 144 unidades habitacionais. O terreno possui 7120 metros quadrados e será direcionado ao público do programa Minha Casa, Minha Vida. Em relação a população estimada é previsto, considerando com os dois funcionários do condomínio, 434 habitantes. Esse cálculo a gente fez em cima de três habitantes por unidade habitacional.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: No total, o total.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: Essas são as torres dos empreendimentos. Vão ser nove pavimentos, aqui esse sistema de lazer. Aqui a gente tem uma área que está destinada a sistema viário e para lá, mais a oeste, a app do Santa Maria do Leme.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: Aqui? Vaga de estacionamento. Aqui está a entrada do empreendimento, tá? E as vagas, elas estão localizadas nessa área aqui e ao fundo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A largura da frente e profundidade quanto é mais ou menos?

SR. FELIPE: Você sabe dizer? 50 metros de frente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque 434 famílias ou 434 habitantes?

SR. FELIPE: São 144 unidades habitacionais, o empreendimento inteiro. Aí a gente considera três habitantes por unidade. Considerando a estimativa do Seade, que dá 2.88 a estimativa para hoje o número de habitantes por unidade habitacional. E aí a gente somou mais dois funcionários do condomínio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi observado a faixa verde de mil hectares?

SR. FELIPE: Sim, sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Legal.

SR. FELIPE: Tanto na frente como ao fundo, que como está previsto, a implantação do sistema viário foi considerado também ao fundo do empreendimento o recuo, a faixa vegetal com o plantio de árvores. Bom, o sistema de lazer interno nas áreas comuns está prevista a área para churrasco, academia, playground, área para convívio, portaria, piscina, salão para eventos, área de convívio, playground, estacionamento. Essa área aqui é a área de recuo, tá? Então foi deixado um recuo de três metros, conforme estabelece o Plano Diretor.

Bom, ele está localizado na Zona II de Ocupação Induzida, onde todos os objetivos da Zona II é: Promover ocupação dos vazios urbanos existentes, aproveitando a infraestrutura local e promovendo a função social da cidade e da propriedade. Promover o maior aproveitamento da terra urbana, com aumento da densidade construtiva e populacional. Promover a melhoria da mobilidade urbana, qualificar e utilizar infraestrutura existente, consolidar a centralidade dos bairros existentes na região, manter áreas verdes significativas, garantir a diversidade de uso e compatibilização dos mesmos com o uso residencial.

Bom, de acordo com o Plano Diretor, os Coeficientes Urbanísticos que devem ser aplicados a Zona II são: Coeficiente de ocupação máximo de 70%, Permeabilidade mínimo de 15, aproveitamento básico de 2 e máximo de 3,5. O empreendimento, ele prevê um coeficiente de permeabilidade de 20,75, ou seja, acima dos 15% exigido pelo Plano Diretor. Ocupação de 12%, 12,96, que é bem abaixo dos 70% que é estabelecido pelo Plano Diretor. O aproveitamento de 1,01 também está bem abaixo do coeficiente de aproveitamento básico. E a área de lazer interna, ela vai ocupar 5,5% do terreno do empreendimento. Em relação ao coeficiente de cobertura vegetal, que é o Artigo 154 do Plano Diretor, não se aplica para a Zona II. Bom, para os estudos desenvolvidos foram considerados área diretamente afetada, que é a área da quadra ou lote onde o empreendimento está inserido. A área de influência direta que foi delimitada a partir da localização dos equipamentos públicos e comunitários, sistema viário, comércios e serviços que vão atender a futura população do empreendimento e a área de influência ambiental que foi delimitada a nível de bacia hidrográfica, no caso o Córrego Santa Maria do Leme.

Bom, na área diretamente afetada, que é a quadra onde está inserido o empreendimento, a gente tem uma área pública ao norte, que ela vai ser qualificada como praça e duas chácaras de recreio na área sul do lote. Na área de influência direta, foram mapeados os equipamentos de saúde, lazer, educação, cultura, comércios e serviços. Foi feito um estudo do sistema viário e transporte público.

Na ED existem duas escolas estaduais, cinco centros de educação e recreação municipal e o Campus I da USP. Em relação ao equipamento de saúde, a gente tem uma UBS, três UFS e uma UPA. Também foram levantadas as áreas de interesse social. Tem uma área de interesse social na área de influência, que é aquela localizada no Cidade Jardim, na Rua das Acácias, que é uma ex tipo I. Em relação aos sistemas de infraestrutura, abastecimento de água. Esgotamento sanitário será atendido pelo SAAE, energia elétrica, CPFL, Telecomunicações tem diversas empresas que prestam serviço no município. Resíduos Sólidos Domiciliares São Carlos Ambiental, Resíduos de Construção Civil, AMX. Reciclagem, Coopervida e ecopontos e transporte público, Ação Ambiental. Em relação à drenagem, a gente utilizou aquele mapa da Defesa Civil para verificar quais são os pontos críticos próximos ao empreendimento. Então a jusante do ponto do empreendimento com Córrego Santa Maria, a gente tem ele na confluência com um bom jardim, que é a área do kartódromo, o parque do kartódromo, onde ocorrem eventuais alagamentos. O empreendimento em atendimento à legislação municipal, ele prevê a instalação de posto de filtração. São dois poços de infiltração internos ao empreendimento na cota mais baixa, que foi dimensionado para atender à necessidade do empreendimento.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: Qual que é a capacidade, alguém sabe? 30 metros cúbicos. Bom, em relação ao tráfego, transporte público. Existem dois pontos próximos ao empreendimento, não tão próximos. Então esse é um ponto que tem que ser pensado e verificar a possibilidade de estar colocando um ponto de ônibus mais próximo. O ponto está a 200 metros do empreendimento e o ponto dois a 600 metros.

Em relação a capacidade viária, foram mapeados seis pontos de acordo com as rotas de acesso e foram avaliadas as vias e as rótulas. Então, esses são os pontos que as cinco áreas para análise de via a área para análise da rótula. Eu acho que não vai rolar. Bom, essa é a área um. Área um. A área dois, que ela está na área um, ela está na Avenida Francisco Pereira Lopes. A dois está na Avenida Elisa Gonzalez Rabelo com a Benedita Stall Sodré. A três, Oscar de Souza Geribelo com a Iwagiro Toyama. Iwagiro Toyama com

a Rua Irmã Hilária Maria São Luiz. E a cinco na José Favoretto com a Rodolfo Luporini e a seis que é Rodovia Washington Luiz com a Iwagiro Toyama. Então, como é que a gente fez? A gente fez o levantamento com drone em todos esses pontos, modelamos os vídeos em um software específico e, a partir do resultado obtido, a gente fez a modelagem, considerando a ocupação total do empreendimento.

Bom, em relação à capacidade viária. O cenário atual na Área dois, a gente teve o nível de serviço A. Com a implantação do empreendimento também continuou o nível de serviço A, não teve alteração do nível de serviço. O mesmo para a área três. Área quatro também não teve alteração do nível de serviço. Área cinco também não ocorreu alteração do nível de serviço e área seis também não. Bom, essa é a área um que é a rótula que foi analisada, também ela apresenta o nível de serviço A no cenário atual e cenário futuro também não teve alteração no nível de serviço em relação ao estudo ambiental foram avaliados os aspectos geológicos, hidrografia, clima, vegetação, as áreas de interesse ambiental e foram desenvolvidos o laudo de vegetação, planos de planos de gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares, construção civil e o projeto de arborização. Todos já se encontram aprovados pelos órgãos competentes para cada um.

Em relação ao projeto de arborização do empreendimento, está previsto o plantio nas vagas de estacionamento nas áreas verdes permeáveis na faixa vegetal e no Passeio Público num total de 50 árvores a serem plantadas. Em relação aos impactos e medidas mitigadoras. A gente propôs algumas medidas. Então, a medida um, Conscientização de funcionários e planejamento para mitigação da emissão do material particulado, que consiste tanto no treinamento de colaboradores e em relação a conscientização e a orientação periódica das vias não pavimentadas. Acondicionamento e destinação vibração adequada dos resíduos sólidos gerados tanto de construção civil como domiciliar e recicláveis e a realização de programas de educação ambiental. Projeto de arborização das áreas verdes permeáveis e dos passeios públicos já foi elaborado e será implantado no momento exato da obra. Plantio de gramas nas áreas permeáveis, com objetivo de evitar a ocorrência de processos erosivos. A interligação da rede coletora de esgoto. Elaboração do projeto e execução de projetos de drenagem de águas pluviais. A manutenção dos maquinários periódica e a realizar o monitoramento ambiental da obra.

O monitoramento, ele vai visar avaliar dois principais aspectos. O empreendimento está localizado limítrofe à app do Córrego de Santa Maria do Leme, a gente propôs um monitoramento da ocorrência de processo erosivo, que a ocorrência de processos erosivo pode afetar tanto a qualidade da água e assoreamento do córrego e a gestão adequada dos resíduos sólidos gerados. Esses são os principais. Os demais, eles já vão ocorrer com a implantação das demais medidas mitigadoras.

Bom, uma contrapartida adicional vai ser realizada pelo empreendedor é a implantação de uma praça, uma área pública limítrofe ao lote do empreendimento. A praça, ela vai ser implantada de forma a preservar todos os indivíduos arbóreos existentes no lote. Ela vai contar com playground e pista de caminhada, bancos, iluminação, equipamentos de ginástica, entre outros.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: A praça? Ela é no limite norte do empreendimento. Se puder voltar num dos primeiros slides, um anterior.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: Na verdade, é uma área pública que está abandonada e tem até algumas... População, algumas pessoas que moram na frente colocaram baia de cavalo, que precisa ser retirado. Está invadido. Se puder voltar. Essa a praça, ela está aqui. Empreendimento vai ser aqui. Essa área, esse triângulo aqui é a praça.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: Não tem nenhum corte de árvore. O projeto foi feito de forma a preservar todas as árvores existentes lá.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: Pessoal, só vou pedir para falar no microfone.

SR. PAULO: Paulo Mancini, representante da [...]. A contrapartida que você citou, que vocês vão estar executando essa praça é em função do quê?

SR. FELIPE: Foi uma solicitação da prefeitura, o Bile pode até explicar um pouquinho melhor como que foi, como que se deu o processo, tá? Mas ela é uma contrapartida do empreendimento para o município. A solicitação da Secretaria de Habitação.

SR. PAULO: A minha pergunta vem porquê. Eventualmente o empreendedor pode, né? Trocar um pouco da área institucional, essa área institucional ser convertida em habitação, em lote, alguma coisa e o empreendedor não executar algum serviço. Por isso que estou perguntando, não foi isso?

SR. FELIPE: Ela é parte de acordo em relação a urbanização desse lote, que ele não estava inserido no Jardim Hikare, né? Então, como a doação de área pública ia dar muito baixa, muito significativa, ali naquela... Acho que não ia dar para fazer os raios que eram necessários para fazer, conforme solicita o Plano Diretor. Então, como contrapartida foi feita a doação da área do fundo, que vai ser para implantação do sistema viário e a urbanização da Praça, que é uma área de sistema de lazer que estava abandonada, está abandonada.

SR. GERSON: Boa noite, eu sou Gerson Pires Carbonero, da OSMB Projetos. Eu só queria complementar a informação, Felipe, que além da área da APP atrás dele mais o sistema viário do prolongamento da via marginal, foi doada a área do prolongamento da Petrilli também, Vicente Petrilli.

SR. FELIPE: A Vicente Petrilli também fazia parte então a área da frente, a área do fundo e a urbanização, a implantação da praça, a gente nem fala em urbanização, porque vai ser mantido tudo ali, vai ser feito o gramado, os passeios, o parquinho, tudo, mas sem trazer nenhum tipo de impacto. Oi.

SRA. RITA: Rita, da Associação de Moradores. Aonde vai ser a praça tem algumas construções ali?

SR. FELIPE: A área pública está invadida, então tem algumas baias de cavalo que, na verdade, são dos moradores, de alguns moradores residentes em frente a essa área pública. Então para implantação da praça vai ter que ser solicitado que retire essas estruturas, mas é estrutura de madeira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria falar sobre a drenagem. Eu vi que ainda não foi discutida essa questão com o SAAE, né?

SR. FELIPE: Já, já foi discutido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque a gente gostaria de ver o projeto, se vai ter recaptação de água. Eu vi que vocês falaram aí de Poço de 30 metros cúbicos no projeto recentemente da MRV lá no Parque Chico Preto foi cedido um reservatório de 240 metros cúbicos. Então, por isso que eu estou perguntando. Queria saber se ali tem um reservatório e vai na rede, vai descer na rede da Prefeitura ou vai...

SR. FELIPE: São dois poços que vão ser implantados ao fundo do empreendimento. Você pode voltar na figura que tem o projeto? Os poços estão localizados aqui. São, na verdade, são tanques de retenção. E o excedente, ele vai ser direcionado para o Santa Maria. Esse licenciamento que está sendo feito junto à CETESB.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai ser direcionado para onde?

SR. FELIPE: Santa Maria do Leme.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tá, mas como que vai chegar aqui no Santa Maria do Leme? Vai ter um dissipador? Vai ter alguma coisa?

SR. GERSON: Boa noite. Eu sou Gerson Carbonero, Bile Carbonero, e eu sou da OSMB como eu falei, a gente que é responsável pelo projeto de arquitetura. Com relação ao projeto de drenagem, a gente fez um estudo preliminar. Bom, esse terreno, ele cai abruptamente para o córrego. Ele sai lá do Vicente e cai aproximadamente. A gente fez umas contas aqui de 12 a 15 metros por segundo, então é inviável de a gente retirar a pluvial por cima. Então a gente vai ter toda uma captação que está em azul, a gente começa com um tubo de 100 na primeira captação aqui da área de lazer aqui de cima e vai terminar lá embaixo, com tubo de concreto de 50 centímetros. E toda essa área, além dessa grande permeabilidade, que a gente está com 20%, que está 5% a mais do que exigido por lei. Isso já tinha sido acordado com a Secretaria do Meio Ambiente, que a gente ia tentar fazer os 20, gente conseguiu 20 e poucos por cento. Bom, além dessa grande permeabilidade, a gente se precaveu também de ter entre os blocos e nas ruas e nos bolsões de estacionamento boca de Lobo. Então a água não vai correr superficialmente pelas ruas. Tem uma distância que é calculada por norma. Então a água cai na boca de lobo, cai na tubulação, na sua dimensão apropriada para cada região. Como eu falei, começa em 100, 20, 30, 40, vem terminando em 50 aqui embaixo, cai nos 30 metros cúbicos dos tanques, a gente está estudando se vamos fazer com permeabilidade inferior. Se for possível, isso vai depender da sondagem. O excedente vai tubulado até o

Córrego Santa Maria do Leme e no final lá, com canaleta de dissipação de energia. E isso vai ser... Esse é um pré-projeto e a gente vai avançar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Além do dissipador, que se protejam as margens do córrego com gavião, isso é importante. No projeto da MRV, que eu acompanhei, não foi feito gavião e estou discutindo com eles e com o SAAE agora, já no projeto que eu tinha feito lá na margem esquerda, foi previsto que além de ter o dissipador, tem que ter pelo menos uns cinco ou dez metros de proteção de ambas porque, mesmo com a água descendo numa velocidade baixa, ele pode começar a desbarrancar. Então isso é importante.

SR. PRESIDENTE: Só um minutinho, por favor, Laerte pediu a palavra primeiro, depois a gente passa para você.

SR. LAERTE: Boa noite, Laerte, da Associação dos Engenheiros Arquitetos e Agrônomos. Bile, a gente já conversou no COMDUSC, vocês fizeram, você e o Felipe, fizeram a apresentação lá e a AEASC se manifestou. São duas colocações, uma em relação a esses dois tanques, ou melhor, poços de retenção de água da cidade. Você não vai provavelmente infiltrar nada e também só vai reter o tempo de trânsito. Na minha opinião, é isso, é o que é feito hoje em toda residência, tempo de trânsito para não cair lá na guia, para não chegar rapidinho nos córregos. É uma pergunta que eu tinha feito, se vocês já têm um SPT aí. Porque o SPT naquele local vai até definir a quantidade onde está a rocha que dependendo, se vai ter uma questão de não conseguir perfurar mais do que a expressão cinco metros, cada um desse tem uma profundidade e até mesmo o lençol freático. Nós estamos muito próximo ao Córrego Santa Maria do Leme. Então, às vezes, o freático pode chegar antes e você já tem uma contribuição natural. Então, às vezes, em vez de dois, talvez você vai ter que fazer três para poder atender os cinco litros por metro quadrado permeável, que é a lei. É isso? Então, isso é uma sugestão que a gente já traz para você e vamos pedir esse encaminhamento para o presidente do COMDEMA.

Uma outra questão que a gente levantou, que vocês cumpriram até acima permeabilidade com os 20% e a pergunta que a AEASC fez foi: O estacionamento vai ser em qual piso? Você informou que vai ser a princípio ou já está no projeto asfalto. A AEASC já colocou lá essa, que ela entende que o ideal é mudar esse piso com piso intertravado, de preferência, não o bloquinho intertravado aberto e com plantio de grama. Esse é o entendimento por uma, permeabilidade. Você já tem projeto que está mostrando isso daí e os técnicos da Prefeitura já vão analisar, mas a gente tem uma questão de conforto térmico. Asfalto, se a gente puder tirar, eu acho sempre válido. Então, a impermeabilização é uma situação, mas o conforto térmico é o que mais nos preocupa nos dias de hoje. Cada vez mais, em plena primavera, nós estamos vendo aí, batendo nos 39, 38 graus. Então, se a empresa puder alterar, que a gente ganha em termos de meio ambiente. E a AEASC, por mais que alguns falam que a gente não se preocupa, a gente tem muita preocupação com isso também. Então a gente gosta de ser efetivo nas nossas colocações e não no achismo. Então, essa também é outra colocação que a AEASC gostaria de que possa ser conduzido como recomendação. Eu não sei se pode... Não como uma obrigação. Se o COMDEMA entender que deve ser uma obrigação, como eu te falei, pode acontecer, tira o asfalto para colocar um intertravado com grama. Até eu acho mais barato do que o asfalto. Era só essas colocações.

SR. GERSON: Bom, da última vez que a gente havia conversado, eu entendi que a gente ia fazer isso nas vagas, né? Isso. Eu levei essa questão para o proprietário da Petra e tudo bem, se a gente tiver que fazer algo no sentido de manter o 'concregrama' na vaga. Porque veja bem, 5x2,40 dá 12 metros? Sei lá, 11 metros, vezes 144, dá mil metros. Isso, mil metros em 7 mil é uma porcentagem bem alta. Vai aumentar muito.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. GERSON: Eu acho que o conforto aumenta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o ganho ambiental do local, os moradores na região. Isso que vocês estão fazendo um trabalho de, vamos dizer, aquela praça que existe, que não existe, vocês estão fora, vão entregar um produto ambiental ali, aprovado pelo meio ambiente, isso é importante, as técnicas aprovaram tudo e também a gente tem uma questão ambiental, que o asfalto tem toda uma cadeia produtiva. Se a gente puder amenizar, isso sempre vai bem. Então, se a diretoria concordar, seria muito bem-vinda para o município.

SR. GERSON: Bom, com relação à drenagem, a gente está estudando isso daí na região dos Poços, ali como é final, a gente está com aterro de um 1,5m, que é mais ou menos o que a gente está trabalhando. Corte 1,5m, aterro 1,5m. Então nós temos um 1,5m, mas aí vamos falar, mais um metro, que se pudesse cavar, já são 2,5. Aí a gente trabalharia com a bacia mais horizontal. Se for o caso, a gente tem um horizontal. Faria uma horizontal no sentido transversal do terreno.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. GERSON: Isso é só um estudo. Ele fez pelo cálculo, né? Só para dizer. O pessoal é de Minas, né? Inclusive, a gente não teve muito contato ainda com o pessoal da engenharia hidráulica.

SR. PAULO: Paulo Mancini. Bem, gente, eu acho que todo mundo sabe, né? Eu sou representante da ONG Veredas Caminho das Nascentes, que é uma ONG que nasceu da composição de diversas associações de moradores ali da Bacia de Santa Maria do Leme, que foram deixando de pensar em cuidar só do seu próprio bairro, porque perceberam que para cuidar do seu bairro teria que cuidar de toda a bacia.

E há vários anos que a gente vem solicitando ao Poder Público é que, os empreendimentos que sejam instalados nessa bacia, a gente tem uma apreciação prévia e um diálogo com os empreendedores para a gente buscar recuperar o que já foi implantado de forma ambientalmente não saudável, que gerou já lá na região do kartódromo as enchentes, que é uma região sujeita a enchentes, né?

Então... Eu assim, recebi inclusive da coordenação da Veredas, esse pedido. Falou: Olha, seria importante que esses empreendimentos passassem por uma análise prévia, uma Câmara Técnica de vegetação e drenagem para a gente poder ter um diálogo maior para junto com o empreendedor estar polindo essas contribuições como aqui agora, o Laerte deu para a coisa. Porque é importante, porque é exatamente a hora em que você tem um investimento econômico e que é possível você estar recuperando. Eu sou daqueles que acreditam que a gente possa ocupar o espaço, melhorando a qualidade ambiental dele e não piorando. E, normalmente, para você melhorar, exige investimento. Então é uma oportunidade muito grande, né? Uma dúvida que ficou desde o começo, mas parece que está mais ou menos solucionada era isso. Então não são poços de infiltração, são tanques de armazenamento para retenção. Isso é interessante, que também sendo tecnicamente viável, tivéssemos poço de infiltração também, que é uma coisa relativamente barata.

SR. GERSON: Sim. Vou responder, Felipe. O poço, se ele vai ser retenção e infiltração, como ele disse, vai depender da sondagem SPT e da capacidade do solo de estar infiltrando, né? A ideia é o quê? Fazer infiltração, mas não conseguimos, por ora, afirmar que ele vai ter a real eficiência que a gente busca. De fazer infiltração enquanto não se fizer essa sondagem SPT na região. É lógico que a gente sempre busca estar brincando com mais soluções baseadas na natureza, nos projetos. Esse é um projeto que ele já está sendo discutido desde 2022. Ele já passou por diversas alterações por solicitação das secretarias municipais depois das análises. E aí, em relação à vegetação, vocês sabem que naquela região, a montante do Córrego do Cambuí, principalmente na margem direita, do lado do córrego, esquerdo se pensar no sentido do córrego, ali a gente tem muito bambuzal, principalmente ali, quase chegando no Santa Maria. Um dos acordos que a gente fez é que as áreas onde tiver o bambuzal, a gente vai fazer um manejo para fazer o plantio de espécies nativas. A área onde vai ter a intervenção, ela está em estágio inicial, então o impacto, ele não é tão relevante. E ali, devido ao sombreamento que a gente já tem, que é uma área que está, até graças a Veredas, ao trabalho da Veredas e das demais ONGs, ela está bem conservada, a gente, se possível, vai fazer o plantio mais de espécies não pioneiras.

SR. PAULO: Uma outra dúvida é em relação a faixa verde, que a gente sabe que a gente tem um estreitamento da APP e depois mais 20 metros de faixa verde suplementar, que pode de alguma forma ser utilizado, né? Mas não pode ser impermeabilizado. Como que vocês estão dando tratamento nesses 50 metros? Vocês estão considerando tudo como área verde? Vai ter o alambrado? Como é que vocês estão trabalhando nessa área?

SR. FELIPE: O fundo do empreendimento, como eu disse, ali a gente não tem a AFDC. Não se aplica àqueles mais 30 que o Plano Diretor estabelece. Eu acho que, por conta das diretrizes viárias do próprio Plano Diretor. Então a AFDC é do outro lado, está lá do Cambuí. Então a gente respeitou a faixa, a área de interesse ambiental, que é estabelecida no Anexo 5 do Plano Diretor.

SR. PAULO: É isso que estou falando, área suplementar.

SR. FELIPE: É área de interesse ambiental, né? Então foi respeitada essa área de interesse ambiental. E aí a área de interesse ambiental está em um dos últimos slides, ali onde a gente tenha as manchinhas verdes. Não, volta lá. É aquele que está aplicado ali. É o 40. Exato. Slide 40. Bom, aí estão as áreas de interesse ambiental. Aqui em amarelo tá o lote do empreendimento, a praça que vai ser implantada, ela está também como área de interesse ambiental. Por esse motivo também a gente buscou preservar todos os indivíduos arbóreos presentes. Depois da área de interesse ambiental, vai ser deixada uma faixa para implantação do sistema viário, da diretriz viária urbana. Depois a gente tem aquele recuo vegetativo que, considerando que vai ser feita o sistema viário, foi considerada a implantação dos mais três metros de fundo e gradil. Então a gente não vai ter muro ao fundo.

SR. PAULO: Então, o que eu estou entendendo é que a área de interesse ambiental então ficou 50 metros. 30 mais 20.

SR. FELIPE: Na verdade, não, porque a gente no nosso lote não pega para o outro lado, né?

SR. PAULO: Não, eu digo do lado do rio.

SR. FELIPE: Se você pensar num todo, sim. Mas pensando só no empreendimento, o nosso pega um pedacinho só, que a área de preservação permanente.

SR. PAULO: É porque é isso, você tem área de preservação permanente, depois mais 20, que foi o Plano Diretor.

SR. FELIPE: Nessa região não tem, Paulinho, só para o outro lado.

SR. PAULO: Do outro lado.

SR. FELIPE: Eu acho que não tem por conta do sistema viário.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: Oi? Já estava consolidado já.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO: Então é isso para mim que não tá claro, sabe? Porque em 2016, o Plano Diretor, a gente previu que na bacia do Santa Maria do Leme a gente teria, além dos 30 metros, mais 20 de faixa verde suplementar. Não sei se ficou esse o nome.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não nesta zona já consolidada. Se você pegar o plano, que são nas áreas novas que aí pegou lá em cima. A outra faixa pegou que nem a cabeceira do Cambuí pegou. Entendeu? Lá no Cambuí, por exemplo.

SR. PAULO: É por isso que eu estava confuso. Ok. Agradecido.

SR. FELIPE: Mas é isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Viu, Paulinho? Pelo que eu entendi, que você levantou a questão, da gente tentar trabalhar uma setorização da permeabilidade, pelo que eu entendi. Então a gente poderia trabalhar. Eu acho uma ideia ótima. Vamos dizer, lá em cima a gente está no alto, lá o pacote é bem alto, talvez de permeabilidade. A gente poderia trabalhar poço de infiltração dos blocos lá na parte alta e já minimiza o que vai chegar lá embaixo. Porque lá embaixo vai chegar... É lógico que vai levar tudo tubulado. Lá em cima, como a gente tem impermeabilidade, eu vou levar essa questão. Se a gente pode trabalhar dessa setorização, então trabalhar com a bacia lá embaixo e os poços comuns de infiltração na região dos blocos.

(pronunciamento fora do microfone)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora tem que fazer o que no passado ninguém fez, ou pelo menos tentar fazer, desde que não seja viável economicamente e tecnicamente. Mas é isso.

SR. PRESIDENTE: Mais alguma pergunta?

SR. WALTER: Vai passar pela Câmara Técnica de Fauna e Flora aqui?

SR. PRESIDENTE: Podemos colocar em deliberação.

SR. WALTER: É uma sugestão.

SR. PRESIDENTE: Vamos colocar deliberação. Alguém mais? Outra pergunta? Não? Então a gente tem dois caminhos o primeiro, Câmara Técnica, sugestão do Paulo Mancini e também do Walter. E aí a gente coloca em deliberação se sim ou não. E aí vai depender da deliberação, a gente passa para a segunda etapa, que seria a aprovação ou não aprovação, com as recomendações que o Laerte acabou colocando também para que o empreendedor analise.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em relação à fauna, eu acho que é meio complicado estar analisando fauna ali porque não é exigido estudo de fauna, né? Para esse empreendimento, é até uma experiência, né? Eu tive lá na área lá tem bastante jararaca, bastante cascavel. Então assim, é bem complicado.

(pronunciamento fora do microfone)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Lógico, não tem como. O pessoal que foi lá roçar, até por pedido da Prefeitura, não conseguiram chegar até a APP não. Era Cascavel para tudo quanto é lado ali no terreno. É bem complicado. Então até mesmo em relação a urbanização ali, datação da praça, eu acho que é uma questão até de segurança.

SR. PRESIDENTE: Na reunião de ontem, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exato. Então é isso.

SR. PRESIDENTE: Acho que aí a primeira colocação do Paulo foi de passar pela câmara de drenagem, né? Porque a fauna e a flora assim, já foram... A fauna, nesse sentido, a gente teria que analisar a questão de supressão de vegetação somente à flora. Eu acho que a flora é algo...

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: Isso, é algo que já está... Os terrenos estão limpos. Eu acho que aí a sugestão seria do Paulo, acho que talvez essa drenagem, passar pela câmara de saneamento e drenagem. Mas aí a gente coloca em deliberação e aí a gente verifica se sim ou não. Tudo bem? Tudo bem, Walter?

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: Tem uma câmara que é de drenagem, que são quatro câmaras, eu acho que tem uma câmara que fica com saneamento e drenagem, algo relacionado nesse... Eu não me lembro agora de cabeça o nome, mas tem uma câmara que é que é destinada a essa análise. Podemos então colocar em deliberação? Quem é a favor de passarmos o projeto para câmara de drenagem para que seja avaliado? Levantem a mão só para gente... Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito votos a favor. Acho que nós temos aqui já a maioria. Eu vou fazer uma votação um pouco nominal aqui só para... Gustavo, não. O André, não. Arthur, não. Talita. Não está. Silmara, também não está. Vitor, não. Para não passar pela Câmara, né? Não. Juliano, pela Câmara. Renan, câmara. Aí o Renan.... Não, a Milena não está, é o Paulo Mancini que está assinatura aqui. O Paulo Mancini, pela Câmara, né? Rita, pela Câmara. Érico, Câmara. Hellen, Câmara Técnica. Laerte, não. Walter, Câmara Técnica. Talita, Câmara Técnica ou não? Esse projeto vai para a Câmara Técnica de Drenagem ou não é necessário? Não. A Talita também não. Então, refazendo aqui a contagem, né? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete votos pela Câmara Técnica. Só confirmando: Juliano Renan, Paulo Mancini, Rita, Érico, Ellen e Walter. E para não ir para a Câmara Técnica: Laerte, Vitor, São dois. Talita, três. Arthur, quatro. André, cinco. Gustavo, seis.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com a Natália, sete.

SR. PRESIDENTE: A Natália saiu? Não está assinatura aqui. Depois assina para mim a lista. A Natália, sete. Então, ficou 7 a 7. Tinha sete novamente, né? 7 a 7 novamente, aí tem que ter um voto de Minerva, né? Voto de Minerva. Eu vejo que é um projeto que já passou por diversas secretarias, inclusive pelo SAAE. Acho que a gente pode pensar em colocar uma recomendação de que seja analisada a questão de drenagem e avançar com esse processo. A gente já teve a aprovação da Secretaria de Meio Ambiente em todas as etapas, inclusive fauna, de toda a questão, o SAAE. Eu vejo que é um processo que já está bem encaminhado. A gente talvez aí coloque uma recomendação, assim como foi mencionado pelo Laerte, no sentido de que o empreendedor busque, até porque ele vai precisar fazer uma sondagem no local para saber o que é possível ser feito. Então o meu voto seria pela continuidade do processo, para que a gente... E a recomendação. Paulo, quer fazer uma colocação?

SR. PAULO: Eu ia colocar, mesmo que a gente tivesse ganho, eu ia colocar que há um processo, além do consenso, na Câmara Técnica, o processo não precisasse voltar. Que a gente vê que existe maior boa vontade de empreendedores. Não precisava voltar para o COMDEMA, a não ser se chega lá e brigar, mas tem consenso não precisasse voltar para cá.

SR. PRESIDENTE: Meu voto é nesse sentido, Paulo, também pela continuidade por conta disso. A gente vem acompanhando esse processo na secretaria e há sim, uma preocupação, como foi exposto pelo Laércio, foi colocado pelo Laerte e por vocês também, mas eu acho que a gente pode, no sentido de caminhar com esse processo e exigir que seja os empreendedores avaliem a melhor alternativa quanto

a questão de drenagem, que eu acho que é o ponto mais importante ali, porque essa água vai e depois pro córrego e a gente não quer mais assoreamento, a gente não quer mais prejuízos para os córregos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só ressaltar a importância de estar colocando na ata, a recomendação onde está sendo feito o gavião tá dos dois lados do córrego, porque a gente sabe o impacto que a drenagem tem nos corpos hídricos. Estar fazendo a avaliação também da capacidade e está feito. Eu acho que é importante. E o projeto drenagem, ele vai ter que chegar no ponto da concepção final e vai ter que passar pela aprovação. Não tem alternativa. O pré-projeto foi aprovado, agora precisa avançar com ele atestando as características do solo com a sondagem SPT e avançar para o executivo. É isso.

SR. GERSON: E a gente é daqui da cidade. Eu tenho o maior interesse que isso daí corra da melhor maneira. Achei super válida as observações do Laerte, do Paulinho. Então a gente vai trabalhar no sentido de que isso se concretize mesmo.

SR. PRESIDENTE: Então é oito a sete pela questão do segmento e vamos colocar então em deliberação a questão da aprovação ou não aprovação. Aprovação com as condicionantes ou recomendações, que foram colocadas pelo Laerte, no sentido de análise da questão da drenagem e qual é a outra? Do piso, né? A questão da grama, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos lá. Uma é sobre fazer o SPD para definir a profundidade desse poço, provavelmente deve ser poço de retenção. O Paulinho, Paulo Mancini sugeriu que um poço de infiltração, que é tudo que a gente sempre quer. Eu acho que também pode isso, que você mesmo falou que pode, usar uma parte para a drenagem que você vai estar fazendo, mas eu não digo que você vai fazer lá em cima, não. Você deve estar fazendo em meia encosta para poder ter água senão lá em cima, nunca vai ter água lá em cima. E a outra recomendação é trocar o piso do estacionamento por um drenante, mais intertravado aberto, não intertravado comum, que aquilo ali a gente aceita como permeável, mas permeabilidade é baixíssima.

SR. GERSON: Esse 20% que a gente chegou é só gramado, não entra projeto, não entra nada disso, é grama mesmo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A gente vai ganhar no estacionamento mais ainda. E o conforto térmico, tá?

SR. PRESIDENTE: Só me corrija se eu estiver equivocado. Nós vamos colocar em deliberação a não aprovação ou a aprovação do empreendimento, com a recomendação de que seja analisada a questão da drenagem após a sondagem ter sido feita? A questão também do posto de infiltração e a questão do piso ser substituído no estacionamento, nas vagas de estacionamento. Isso? E o gavião nas margens do córrego para evitar uma erosão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então vamos aproveitar. Em vez de entrar 90 graus do córrego Santa Maria do Leme, entra... Não dá?

(pronunciamento fora do microfone)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não, não. Ok. Só que de repente já estar aqui, que não entra em 90.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quando chega para mim 90, eu já paro. Se não pode voltar, que está errado. 45 para evitar o processo erosivo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então é outra colocação também. Então são quatro recomendações.

SR. PRESIDENTE: São quatro recomendações. Podemos colocar em deliberação a aprovação ou não aprovação. Alguém é contra a aprovação do empreendimento nesse momento? Não? Então, aprovado o empreendimento com as recomendações quanto à questão da drenagem, quanto à questão do poço de infiltração, quanto à questão das áreas de estacionamento e também quanto a questão aqui dos gaviões no Córrego Santa Maria do Leme. Então aprovado o empreendimento.

Vamos passar agora para o segundo ponto da nossa noite, que é a apresentação da Lei Orçamentária Anual da Secretaria do Meio Ambiente. Secretaria recém-criada, a nossa criação, ela é como Secretaria Autônoma do ano de 2023, mais conhecido como ano passado. O ano passado nós fomos alçados ao patamar de secretaria, com recurso próprio, estrutura própria, enfim. E nós tínhamos uma previsão de orçamento em torno de R\$ 1.9 milhão para o ano de 2024.

Chegando na secretaria esse ano, percebi, percebemos, não só eu como os demais membros da secretaria e do gabinete, que existem muitas coisas a serem feitas na secretaria, principalmente nos pontos que a gente coloca ali em destaque logo no início. Reforma geral da horta, nossa horta municipal,

ela está desativada. Esse ano nós tentamos de todas, todas as formas a reativação da horta, mas por ano político, por questões de limitação de orçamento, a gente não conseguiu reativar a horta. Então esse é um dos objetivos, a gente reformar a estrutura física da horta. Nós temos uma casa que precisa de uma reforma e para isso já existe um projeto que já está em licitação. É um projeto que está prevendo um gasto de R\$ 200 a 250 mil para reestruturação, readequação dessa casa e ali a gente pretende fazer um centro de educação Ambiental também. Então, já usar o espaço da horta, que é próximo ao Horto, que é próximo ao Parque Ecológico para usar como Centro de Educação Ambiental.

Dentro da horta também, trabalhar dentro da horta com compostagem em nível não profissional no sentido de exigir um licenciamento da CETESB, porque ali a gente entende que é um local também que não comporta uma compostagem de nível tão avançado, mas trabalhar na compostagem até para servir de insumo para horta.

A gente está aprendendo também manutenção do Horto Municipal. O Horto Municipal, quando eu fui conhecê-lo, logo que eu assumi a secretaria, nós não tínhamos possibilidade de irrigação das mudas. Nós trocamos grande parte da tubulação. Hoje, as mudas são irrigadas, estão sendo cuidadas, não da maneira mais adequada, porque a gente carece de investimento, mas a gente precisa trocar toda a parte elétrica do horto e da horta. Os postes estão caindo. A gente tem até receio de colocar os alunos para visitar o Horto por conta da possibilidade de queda da rede elétrica. Então a gente já orçou algo em torno de R\$ 80 mil para trocar todos os postes e a fiação, para que a gente deixa a horta e o Horto a ponto de servir para a educação ambiental e que servir ao seu fim. Então voltar a ter orquidário, viveiros... Temos dois viveiros de mudas que estão destruídos. A gente vai reformar. Então a gente está prevendo nesse valor de orçamento, essa reforma, essa restauração do Horto Municipal.

Nós temos 18 ou 19 parques estão catalogados em nossa cidade, só que a gente não sabe o que são esses parques, né? É lógico que a gente sabe a localização, mas a gente não tem um contexto do que existem nesses parques em alguns deles. A gente está prevendo, então, nesse orçamento, a contratação de uma empresa para fazer um plano de manejo desses parques. Esse plano de manejo, ele vai desde identificar o que existe naquele parque e qual a melhor forma de conduzir esse parque. “Ah, mas e o parque que tem ali, não pode ter uma atividade antrópica, seria interessante que o homem não interviesse nessa situação”. Ok, é esse plano de manejo que vai nos dizer qual é o melhor: “Olha, é um parque que é muito bom para fazer trilhas ecológicas”. É isso que a gente precisa. Então a gente precisa ter um estudo, um levantamento desses parques, para que a gente consiga saber qual o melhor caminho. Lembrando que tem alguns parques que não estão sob a coordenação do meio ambiente. Principalmente os parques que possuem atividades esportivas: Parque do Bicão, O Campo do Rei, o Parque do kartódromo. Esses parques não ficam com a Secretaria do Meio Ambiente, eles pertencem ao Esporte. O Esporte é quem tem a gestão do parque. Apesar de a gente contribuir de forma direta com esses parques. O Parque do Bicão, por exemplo, nós tivemos uma ação há dois anos, fazendo ali uma... Não diria uma supressão, a supressão, ela é necessária, mas fazendo um levantamento de toda a arborização, foram 1300 árvores analisadas e as que tinham risco de queda foram suprimidas. E agora a gente está pensando num plano de... Se couber, porque o parque ele é bem denso, aonde couber ali fazer o plantio para que a gente retorne as áreas que são passíveis de arborização.

Então, esse plano de manejo dos parques, a gente está prevendo ali. Outra coisa, arborização de São Carlos. A gente precisa ter um planejamento de arborização de São Carlos. E para isso, a gente também pretende contratar um serviço de uma pessoa jurídica, uma empresa especializada, para que a gente faça um mapeamento, um levantamento da arborização de São Carlos. Nós não sabemos, não temos identificado quais são as árvores que nós temos no nosso município. E aí, depois de terem esse mapeamento, é que a gente pode planejar alguma arborização para que a gente não tenha o que a gente vê hoje, conflito de árvores com rede elétrica ou com calçadas, fruto de um plantio talvez desordenado, plantio que não veio de forma correta. A gente tem passeio público que não consegue... Nós não conseguimos nem ter 20 centímetros de espaço para que as pessoas passem por conta de uma árvore que cresceu ali, foi plantada de uma maneira errada e ela tomou as suas dimensões e fechou o passeio público. Então a gente precisa fazer um levantamento de arborização para que a gente saiba o que fazer, né?

A aquisição de computadores como a nossa secretaria é uma secretaria nova, foi criada o ano passado, foram colocados na nossa secretaria algo que vinha da Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas que a gente não... A gente está muito carente de equipamentos. Para vocês terem ideia, os processos hoje são, na maioria, processos digitais e nós precisamos do corpo técnico para análise de duas telas, pelo menos. Nós não temos. Nós só temos um computador, quando esse computador está funcionando legal.

Então a gente previu para esse ano a compra desses equipamentos, mas não foi possível para o ano que vem, a gente está pensando na aquisição de computadores, nós estamos em 30 servidores ali na secretaria. Então, no mínimo 30. E para o DRA, que é quem trabalha com licenciamento ambiental, nós temos que ter computadores com duas telas para que trabalhem ao mesmo tempo e não tenha a dificuldade e para o geoprocessamento, nós precisamos de um software especializado. Está tudo no planejamento para que a gente...

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: Também. A gente ainda não... Não, não. A gente não escolheu um software assim, mas já está no planejamento para isso. A contratação de estagiários e aprendizes. Isso aí, a gente não tem atualmente. A gente até tem um estagiário lá, mas é um estagiário voluntário. Isso é sempre importante para algumas atividades. Controlador de acesso do Horto e para a horta. A gente esse ano aqui nós somos teimosos, né? Nós trocamos as coisas do Horto acho que umas cinco ou seis vezes. A gente arruma, furtam, a gente arruma, furtam, a gente arruma furto. Então, assim, o que a gente tem lá hoje em funcionamento é algo que a gente foi substituindo dia a cada vez e quando a gente: “Ah, agora está em ordem”, passava um feriado, voltávamos lá, tudo furtado, tudo destruído. A gente tem lá um controlador de acesso, né? Mas a gente precisa de um vigia, trabalho, vigia noturno, enfim, a gente está prevendo, então, tanto para a horta como para o Horto, além do controlador de acesso, um vigia também tá para a gente melhorar a segurança, uma vez que a gente quer investir lá. Além de investir, a gente precisa ter segurança.

Manutenção geral da [...]. A gente colocou também uma ficha de manutenção geral, né? Nós temos a condicionado, nós temos computadores, nós temos os carros, enfim, a gente precisa ter um valor desse. Contratação de empresa para resgate da fauna silvestre. Esse é o assunto que nós discutimos ontem, né? A gente montou um termo de referência para contratar. Hoje em dia em São Carlos, aconteceu... Você encontrou um animal silvestre atropelado, a quem você recorre? “Ah, eu vou chamar o bombeiro”. Bombeiro não tem atribuição. “Vou chamar a Polícia Militar Ambiental”. Não tem efetivo. Vocês sabem, a Polícia Militar Ambiental tem dois carros e acho que quatro funcionários para cobrir a região toda. Então, não tem efetivo. “Vamos chamar o Parque Ecológico”. Parque Ecológico não pode fazer esse resgate porque não é atribuição dele. Então a gente fica nesse limbo, né? A gente carece de uma legislação que defina de quem é a atribuição. Em tese, seria da Polícia Militar, Ambiental, mas ela não tem efetivo para isso. Para tentar fazer esse primeiro socorro do animal atropelado, o animal silvestre que seja, de alguma forma em contato com um ambiente que não é o dele, a gente está prevendo a contratação de uma empresa especializada nesse resgate para fazer o resgate, levar até o Parque Ecológico, o Parque Ecológico dá os primeiros socorros e a gente está fazendo uma parceria com o CETRAS, que é um centro de triagem lá de Ribeirão Preto, que é um hospital de animais silvestres, para que esses CETRAS faça a recuperação e depois a soltura, se for o caso. Então, para que a gente tenha esse socorro imediato, a gente está prevendo a contratação dessa empresa especializada nesse resgate. Inventário também de gases de efeito estufa, né? A gente precisa também fazer um levantamento das emissões dos gases aqui na nossa cidade. E aí a gente tem... Esses são metas que a gente tem para melhoria das secretarias e dos serviços ambientais, além do Ministério Público. Desses R\$ 3.9 milhões, aproximadamente R\$ 1.2 milhões, R\$ 1.5 milhão, são obrigações que o Ministério Público nos impõe. Não tem como fugir. Por exemplo, esse ano nós já pagamos, até fizemos uma suplementação, quase R\$ 3 milhões para o Ministério Público. R\$ 500 mil de uma máquina da PROHAB, que está sendo usada na Facuri, que são três parcelas de R\$ 500 mil. Então a gente pagou uma parcela, tem mais duas, tem 2025/2026 e tem uma outra obrigação, que são os dissipadores que foram colocados na [...] e outras... Quase R\$ 3 milhões, que a gente nem tinha esse recurso foi suplementado a nossa ficha orçamentária para que a gente conseguisse pagar.

Então a gente tem ali como obrigação do Ministério Público para vocês conhecerem, triturador de resíduos da construção civil, são essas duas parcelas de R\$ 500 mil. Limpeza das lagoas do Abdelnur e do Zavaglia. Essa é uma obrigação que está conosco, mas o SAAE, e aí eu tive uma boa notícia, o SAAE fez a limpeza do Abdelnur e já está iniciando a limpeza do Zavaglia Então é uma obrigação que vai sair da nossa secretaria porque o SAAE, a partir do momento que passou para ele para a autarquia a questão das limpezas nós deixamos de ter essa incumbência. Projeto de recuperação da Bacia do Água Quente. Essa é uma atribuição que nós temos e nós vamos dar início.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: O recurso assim, eu não tenho de cabeça o valor agora, Paulo, mas depois eu posso passar para vocês, mas ali é para contratar um estudo, contratação de um estudo. Depois a implementação é uma outra fase, que aí o valor é muito maior. O estudo hidro geológico do Córrego do Lazzarini. Uma outra obrigação também. E a contratação de um projeto executivo para a construção do Centro de Educação Ambiental. Esse Centro de Educação Ambiental é uma imposição do Dr. Flávio Okamoto, ali no São Carlos Oito. É um centro ambiental grande, né? Ao lado ali, tem um restaurante popular e uma, salvo engano, uma UBS, uma unidade de saúde, eu não vou me recordar agora qual é especificamente e a gente... Só que é um centro caro, só uma prévia gera em torno de R\$ 2 milhões, esse Centro de Educação.

Então é algo que a gente vem conversando com o Ministério Público, até para que eles nos ajudem. A gente.... Eu falo que eu sou um pouco, eu sou pidão, né? Eu vou lá no Ministério Público, falo: Olha, eu preciso de ajuda. Pega a multa que você tem alguma coisa que é em prol do meio ambiente. Então a gente precisa de um auxílio, mas está previsto como uma obrigação da gente contratar o projeto executivo. E a gente, acabei de assinar hoje, a caracterização não dá da segunda fase, da fase um, a caracterização da vegetação do Sítio do Melo e do Capão das Antas. A gente está fazendo uma caracterização, um plano altimétrico fazendo primeiro, agora na fase um, o plano altimétrico para gente conhecer a localização e depois a gente vai ter a caracterização da vegetação do Sítio do Melo e do Capão das Antas. Então essas ações, elas envolvem os objetivos da Secretaria do Meio Ambiente para o ano de 2025 e nós fizemos uma previsão no orçamento de R\$ 3.915 milhões, o dobro do que a gente teve para 2024.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: Não, não. Essa é a proposta, né? Esperamos que seja aprovada na íntegra, mas a gente sabe que depende do orçamento e a ideia é que a gente tenha um orçamento muito maior para os próximos anos. A questão ambiental, ela é um ponto principal, né? Laerte.

SR. LAERTE: Boa noite, IASP falando. Vamos lá. Os objetivos principais de programas. Quando você põe plano de manejo nos parques, eu acho que a primeira coisa, talvez esse termo não é só manejo. Esses parques, eu acho que não estão bem caracterizados tanto de fauna e flora. Primeira coisa eu acho que é essa caracterização e aí depois partir para um manejo, né? E não sei nem quantos parques estão aprovados, porque quando vê até em discussão uma lei, até áreas privadas, que hoje são áreas de reservas, propriedades rurais, sem dúvida, dentro de um projeto, aí a IASP falou: A área é uma reserva na zona rural. Como é que o município já está indo lá e carimbando essa área? Então, houve até uma boa polêmica. Então, isso eu acho que a gente tem que mudar. É uma sugestão, né? A hora que você fala aquisição de computadores, você falou do software que vai vim. Entendo, eu não sei se vocês querem um só para vocês, mas não é... Quando vai falar o geoprocessamento, a gente tem que parar com essa história. O meio ambiente tem um, habitação tem um, serviço público tem um, obras tem um, a fiscalização tem um, o SAAE tem um. Tem que ser um único software, uma única ferramenta onde o município, todo mundo vai falar na mesma plataforma, inclusive o SAAE. O SAAE é responsável por quatro importantes elementos de que tem muito a ver com o meio ambiente. Então a IASP deixa registrado que registre que não é para comprar qualquer um, que não é dessa forma. Uma sugestão também. Essa não é sugestão não, isso é algo que a gente afirma e gostaria que estivesse em ata, leve isso a frente.

Manutenção... Aí depois entra o Ministério Público. É estranho. Já quando houve esse acordo com o Ministério Público, os resíduos sólidos da construção civil nunca foram de responsabilidade, nos últimos anos, do meio ambiente, sempre foi serviços públicos. Então, a gente assumiu uma responsabilidade e na qual a PROHAB também já era responsável, porque quem tem a usina de reciclagem no papel é ela.

Então a PROHAB deveria ter assumido isso daí. O Ministério Público fica pedindo bênção toda hora que os promotores do meio ambiente querem, atrapalha às vezes o andamento da secretaria. Então essa é uma colocação. Em relação também a limpeza. Você dá uma boa notícia, que já não era obrigação de vocês. Era serviços públicos e obras. Então o SAAE hoje é responsável. Retire isso daí.

Esse estudo hídrico geológico do Córrego do Lazarini. Eu, como hidrogeólogo, geólogo, não sei o que a promotoria quer ali. É estranho. Gostaria que uma hora você explicasse. E aí os demais dali, acho que está indo bem. Eu acho que temos que resolver mesmo o Sítio do Melo, Capão das Antas, que é algo que vem rolando já há um bom tempo. Então, se você conseguir pegar a gravação depois, então são essas colocações. Mas o Ministério Público, o que não é de competência, eu acho que tem que ser renegociado. Você tem um cuidado lá que é o Centro de Educação Ambiental e isso sim, é importante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu concordo contigo. Também me causou estranheza quando eu cheguei na secretaria e disseram: Olha, nós temos uma obrigação de três pagamento de R\$ 500 mil para a Usina da Facuri, né? Falei: Mas não era da PROHAB? Mas é uma obrigação que foi, de alguma forma passada, para gente... E aí não sei se o Gustavo tem alguma informação aí para complementar, mas é algo que hoje seria discutido, né? Falar: Não, peraí, por que que nós vamos ter que pagar por um equipamento bom para a questão de resíduos ambientais? Se a gente pensar em limpeza do meio ambiente, mas existe uma entidade que gerencia essa usina. Então é algo que a gente certamente precisa discutir sim.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: Sim. O Gustavo já estava, depois o Paulo Mancini. Gustavo.

SR. GUSTAVO: Só explicando um pouquinho dessa parte de resíduos. Anteriormente, o Departamento de resíduos, ele era dos serviços públicos. Aí, posteriormente, ele se dividiu em dois e acabou um ficando na Secretaria de Meio Ambiente e um indo para o SAAE. No resumo de tudo, a parte de execução de resíduos sólidos é do SAAE e a parte de políticas públicas ficou no Meio Ambiente. Acredito, pelo que eu conversei com o promotor, na época, não participei desse processo, quando eu entrei também já estava operante, mas quando uma das atribuições do departamento da Secretaria de Meio Ambiente é de fomentar práticas mais sustentáveis de manejo dos resíduos.

Então a usina da PROHAB, sendo uma prática de reciclagem e manejo mais ambientalmente correto dos resíduos sólidos, acabam que ele entendeu na época que foi muito recente da transição desses dois departamentos. Então não estava muito claro que a gente deveria incentivar essa parte de um tratamento mais adequado dos resíduos e uma das formas de incentivar é ajudando a PROHAB na questão de infraestrutura ali da Facuri. Hoje eu acho que o entendimento é totalmente contrário, que a gente faz mais essa parte política mesmo dos resíduos e a execução, ela fica para o SAAE. Então eu acredito que se hoje tivesse sido esse processo, no caso, seria mais uma aquisição do SAAE e não da secretaria. Mas ali estava muito no começo, então acredito que deu toda essa confusão.

SR. PRESIDENTE: Passar a palavra ao Paulo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deixa eu só comentar. Paulo, um minuto só. Veja bem, eu ainda entendo como eu entendi o fomento e o trabalho da usina e usina. Nós, como meio ambiente, vamos trabalhar na educação ambiental, num projeto deste, em ter equipes que trabalham com educação ambiental efetivamente, R\$ 1.5 milhão colocado numa usina na qual vocês, Meio Ambiente, ele não apita nada, não é ele que fiscaliza, a gente poderia estar usando esse dinheiro de fato, ou na secretaria ou em políticas de Meio Ambiente, que eu não sou especialista. Temos aí Paulo Mancini, você, pessoas. Mas eu acho que naquele momento deveria ter falado que o promotor: Não, a gente vai aplicar na educação e não numa correção.

SR. PAULO: Bom, só comentando antes de eu entrar nos assuntos que eu quero entrar, essa questão. Isso aí, na realidade, é decisão da Secretaria de Governo e não do prefeito. O compromisso existe. Aliás, a gente tem que saudar o Ministério Público porque ele faz um esforço de converter essas multas, que é em dinheiro, converter em bens que a Prefeitura precisa realizar. Então a gente tem que realmente cumprimentar o Ministério Público, o esforço que está fazendo isso, né? E quem está pagando, se é o SAAE, se é a PROHAB, se é a Secretaria de Meio Ambiente, o recurso é da Prefeitura, né? Agora, tecnicamente está correto, o que o Laerte diz é perfeito. O ideal é que a gente estivesse usando esse R\$ 1.5 milhão em outras políticas, políticas realmente efetivamente ambientais e ligadas ao escopo da Secretaria do Meio Ambiente.

Agora, a observação que eu queria fazer assim, eu não sei exatamente qual é o orçamento previsto total da Prefeitura no ano que vem, mas eu acho que é por volta de R\$ 1.5 bilhão, não é? Nesse sentido, mesmo a gente considerando essas obrigações com o Ministério Público, que está afetando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o orçamento da Secretaria do Meio Ambiente, se for R\$ 1.5 milhão, 1% seria R\$ 15 milhões. Se eu não estou errado, né? Quer dizer, R\$ 3 milhões é pouco. O que eu pergunto, Junior, é se nesses R\$ 3 milhões também estão incluídos os custos com pessoal ou não? É só esse investimento? Ah, tá. Se pudesse dar o total então de gastos com a Secretaria do Meio Ambiente, tanto investimentos como pessoal, seria importante para gente saber qual é a porcentagem, porque quando a gente analisa o orçamento como um todo da Prefeitura, é claro que a gente faz comparativamente, porque é o bolão todo, só que é dividido, né? E normalmente a gestão de meio ambiente em São Carlos e no Brasil em geral, nas Prefeituras, é por volta de 0,5 a 1%. Então, se fosse 1%, ele teria R\$ 15 milhões, que seria razoável. 0,5%, R\$ 7.5 milhões. Então é importante a gente ver isso, para gente ter uma noção se realmente o município está realmente privilegiando o meio ambiente, ainda que a gente sabe que às vezes pode haver esforço ambiental até na Secretaria Municipal da Fazenda ou numa secretaria que aparentemente não teria nada a ver com meio ambiente, porque a gente sabe a transversalidade da questão ambiental e que ela tem que estar passando todas as áreas.

Agora, outra curiosidade minha em relação ao nosso fundo verde, né? E eu queria lamentar que nesse final agora de duas gestões do prefeito Airton Garcia, não termos utilizado esse fundo verde, uma vez que foi feita uma tentativa de usar que deu com os burros n'água, que exatamente foi a contratação do Plano Municipal de Arborização Urbana. E eu não me esqueço perfeitamente que até surpreso e com felicidade, né? Eu assisti, foi a primeira reunião do COMDEMA depois que o Airton assumiu e que ele esteve presente e que houve o compromisso de a gente estar usando o fundo verde. Novamente, passamos oito anos sem a gente utilizar uma miséria, que deve ter ali R\$ 200, 300, 400 mil.

Eu acho que é falha, obviamente, do Poder Público, mas falha nossa também, que não soubemos cobrar com a contundência necessária. É isso. Muito agradecido.

SR. PRESIDENTE: Antes de passar para o Renan, o fundo verde, ele está sendo colocado também para uso a partir do ano que vem, especialmente nas ações de educação ambiental. A gente prevê até, a gente não pôs ali, mas a gente pensa em uma um centro de educação ambiental móvel, de repente, para que a gente faça o trabalho nas cidades. E aí o nosso intuito depois é ir buscar muitos recursos também fora do município, com valores advindos de deputados, senadores, enfim. Até mesmo do Ministério Público, que se mostrou ao lado, pelo menos favorável às questões ambientais nas conversas que nós tivemos.

E aí, Laerte, esqueci de falar, a questão do plano de manejo dos parques. Quando a gente fala em plano de manejo, a gente está trazendo também essa caracterização. Então, esse levantamento que a gente vai ter, né? Primeiro, quais são os parques que estão oficializados. Os que não estão, se possível, vamos oficializar, vamos regularizar. Depois vamos fazer um levantamento do que existe nesses parques, fauna, flora e recursos hídricos, enfim, para depois a gente pensar no que fazer. Então, esse plano de manejo, ele vem nesse sentido, tá? Essa caracterização geral para depois a gente pensar o que fazer?

Então, basicamente é isso. Deixa eu passar para o Renan e a gente vai seguir.

SR. RENAN: Obrigado. Renan, da APASC. Primeiramente, antes de tirar algumas dúvidas, eu queria perguntar o que o COMDEMA em relação a LOA? Seria sugestões? Alguma coisa deliberativa? Como é que funciona?

(pronunciamento fora do microfone)

SR. RENAN: Então beleza. Eu achei todos os pontos assim bem, bem interessantes, bem legais. Em relação a essa questão dos parques urbanos, né? A última vez que eu acompanhei não tinham sido oficializados os modelos do [...], ainda que do ano 2000, que aí faria sentido ter o plano de manejo na sua completude e tal, com todas as suas caracterizações. Não sei se isso vai estar junto com o processo de adequar os parques às categorias das unidades de conservação. Se tiver, acho que é bem interessante, fica bem mais completo. Bem legal também tem incluído a questão da fauna silvestre. Eu não sei se nesse meio entra a questão do Parque Ecológico, que foi muito falado também no evento de ontem. E aí eu não sei se está ligado, porque tinha aquela proposta de transformar o Parque Ecológico também num ponto regional de recebimento.

SR. JUNIOR: O Parque Ecológico, hoje ele está com atribuição da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. É um desejo que ela venha para a Secretaria do Meio Ambiente, né? Mas ela vai... Provavelmente esse ano vai entrar no orçamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

SR. RENAN: A questão da Cooperativa de Resíduos Sólidos está para o SAAE, não está para a Secretaria do Meio Ambiente?

SR. JUNIOR: A gente tem... O Gustavo, Ele tem um trabalho junto a cooperativa, mas a parte de operacionalização é do SAAE. Ele tem o trabalho de direcionar ali as atividades, de conversar, de tentar melhorar a questão do gerenciamento do resíduo, mas a gestão e o pagamento ficam tudo a cargo do SAAE.

SR. RENAN: Eu não sei como que vai dividir isso com o SAAE, mas as questões do [...], tem muitas questões, né? Muitos pontos. Senti um pouco de falta também de algumas coisas a mais de resíduos sólidos, mas não sei se necessariamente...

SR. JUNIOR: Existe uma grande atribuição do PMGIRS. É que como ele conversa, a gente ficou com a parte de formação do gerenciamento das políticas, o recurso em si, ele vai acabar ficando mais para o SAAE mesmo. Mas existe uma conversa a cada 15 dias, inclusive contando com a participação de vários atores, Ministério Público, o SAAE nossa secretaria dessas reuniões do PMGIRS. Então, por isso que não está contemplado. Nós colocamos dentro do Departamento de Resíduos a parte de reforma da horta, do Horto, a compostagem e também esses inventários de gases. Enfim, tem uma grande atribuição para o Departamento de Resíduos.

SR. RENAN: Uma última coisa. O Mancini perguntou sobre a porcentagem de destinação do orçamento total da Prefeitura que vai para Secretaria de Meio Ambiente. Você tem esse número para...?

SR. JUNIOR: Não. A gente fez esse pedido. A gente não tem informações aí da porcentagem que virá para nós. Inicialmente para esse levantamento que a gente precisa ter, a gente entende que esse valor seja razoável. Não é o ideal, mas a gente consegue cumprir com as metas que a gente pretende. É lógico que, depois de feito o levantamento e para a contratação efetiva das ações, a gente vai precisar de um recurso muito maior. E gostaria muito de contar com esse recurso em torno de 1%. Mas é algo que primeiro a gente precisa saber o que a gente precisa. Não tem como ter um orçamento de R\$ 15 milhões agora, se eu não vou conseguir usar esse orçamento. Eu preciso ter esse levantamento prévio para que depois eu consiga pensar nas ações específicas e aí sim, brigar por um orçamento que sair quatro vezes, cinco vezes maior do que esse.

SR. RENAN: Certo. Para finalizar, como representante da APASC, já vem se discutindo há algum tempo essa questão da porcentagem que é repassada para a Secretaria de Meio Ambiente e que nem o Mancini falou, comparando com outros municípios, outras situações que São Carlos fica abaixo da média da expectativa desse repasse. Então, como a APASC, seguindo outras ONGs, outros movimentos da cidade, colocar uma sugestão aí para que chegue pelo menos a 1% esse orçamento. Então eu deixei como sugestão para deliberação nosso.

SR. JUNIOR: Perfeito. Assim, lógico, a gente sempre quer ter mais recursos. Mas eu vejo também como a secretaria, ela é recém-criada, né? Ela ganhou esse status agora e a gente depende de muitas informações que a gente não tem, não adianta nós termos um valor muito grande sem que a gente possa usar. Então, acho que por isso que nosso planejamento está em torno de R\$ 4 milhões nesse ano de 2025. Para o ano de 2026/27, depois de levantada essas situações, com certeza esse orçamento poderia atingir os seus R\$ 10, 12, 15 milhões. Seria o ideal para fazer as ações que a gente pretende. Antes do Paulo, só vou passar a palavra aqui para o Érico.

SR. HÉLIO: Obrigado, Júnior. Érico, das Associações de Moradores. Eu acho que está bacana a organização das atividades, acho interessante, contempla bem as questões do meio ambiente aqui. Eu tenho uma preocupação grande em relação ao valor de R\$ 3.915. Assim, eu não tenho muita informação de quanto custa, por exemplo, o inventário de gases de efeito estufa, mas acho que não é muito barato. Mas assim, o Plano de Arborização, o Plano de Manejo de Parques e a contratação do projeto executivo, eu diria que ficaria em torno de pelo R\$ 1.5 milhão só esses três planos. Se o projeto executivo se trata de uma edificação, de um de uma construção do zero em torno de 500 a 1000 metros quadrados, provavelmente deve chegar aí próximo de uns R\$ 400 mil o projeto executivo completo, com estrutura, com arquitetura e todos os executivos, né? Então isso tem uma preocupação. Não digo que está subestimado justamente

porque eu não tenho conhecimento de todos os serviços, de quanto se custa, mas é uma preocupação. E a minha fala muito vai de encontro ao que o Renan comentou. E aí eu gostaria de perguntar se existe a possibilidade do próprio COMDEMA fazer uma recomendação para a Câmara de Vereadores aumentar o valor do destinado ao meio ambiente. Aí a gente poderia montar um documento formalizando isso. Talvez seja uma possibilidade.

SR. JUNIOR: Não. Perfeito. Perfeito. A gente pensou, conversando com os departamentos, mais ou menos os valores estimados da elaboração, por exemplo, do plano de manejo de um parque, né? Quanto a gente gastaria? Então a gente pensou ali alguns valores. Pode ser que esse valor seja menor, ou seja, maior. E é lógico que se for maior, a gente vai buscar recursos também. Emendas parlamentares junto ao Ministério Público, junto à própria previsão no orçamento da Prefeitura mesmo compor esse orçamento. E é uma sugestão aí que a gente pretende para o ano de 2025. Pode ser que a gente não consiga cumprir com tudo o que está ali. Ou, eventualmente, a seja surpreendido e consiga alcançar. Mas podemos pensar essa recomendação do COMDEMA em sugerir que o Poder Legislativo autorize o repasse para a Secretaria do Meio Ambiente seja maior, quiçá 1%, que seria 1%, 2%. Enfim, quando for entendido como necessário. Paulo.

SR. PAULO: A minha curiosidade é saber se por acaso está previsto, se há necessidade de contratação de pessoal. Sei como é que o quadro técnico da secretaria parece que melhorou, mas realmente eu não sei se vocês têm uma avaliação e proposta nesse sentido. Eu acho que se tiver, também teria que estar previsto no orçamento.

SR. JUNIOR: A questão de pessoal não está aqui na nossa secretaria, salvo engano, isso eu vou confirmar a informação, ela está na Gestão de Pessoas. Gestão de Pessoas vai fazer o orçamento dela com a o recurso necessário, por exemplo, para o custeio da Secretaria do meio Ambiente. Houve uma setorização em algumas secretarias, por exemplo, a Segurança Pública setorizou, puxou para ela toda a questão de segurança do município. Então o orçamento vai, ele é previsto para a gente, mas ele vai para essas secretarias. E você me perguntou sobre a questão dos valores, do custo da secretaria. Confesso que eu não tenho ele pronto para te passar, mas eu posso buscar sim qual é o custo para a gente tentar integrar aí para ver quantos por cento a gente chega do valor da arrecadação.

SR. PAULO: Mas, Junior, eu acho assim, vocês que teriam que avaliar a capacidade técnica hoje da secretaria e eventuais necessidades de contratação e aí passar para a Gestão de Pessoas e falar: Nós precisamos mais dois engenheiros, mais biólogos, né?

SR. JUNIOR: Isso já foi feito, Paulo. Eu estou pedindo a contratação do engenheiro, mais um engenheiro agrônomo, um florestal, um geólogo, que nós não temos o quadro da Prefeitura. E aí esse depende de uma mudança maior na estrutura, mas já está sendo pleiteado. Dois assistentes administrativos. Como eu disse, a secretaria, ela foi criada, mas ela carece de equipamento e pessoal e a gente só vai conseguir melhorar o serviço quando a gente tiver mais gente, mais técnicos para o desempenho. Mas já está solicitado isso desde o começo do ano de março, abril com essa carência, chegando lá, eu identifiquei e já solicitei e agora a gente aguarda concurso público para chamamento.

SR. PAULO: Complementando a minha fala e me aliando aos colegas, Renan e Érico, sugiro que talvez possa ser uma moção do COMDEMA, sugerindo que o orçamento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente chega pelo menos a 1% e possibilitando as contratações técnicas que a Secretaria já pleiteou, né? Para o próximo ano as contratações, uma moção nesse sentido.

SR. JUNIOR: Sim, perfeito. Podemos fazer sim. Só passar aqui para o Robson primeiro, depois a gente já passa para você, Walter.

SR. ROBSON: Oi, boa noite. Eu sei que o assunto em si, ele está focado no orçamento, mas eu queria até aproveitar a oportunidade prevendo o ano de 2025 e informar que, na secretaria, a gente também conseguiu mapear alguns assuntos que eles não envolvem diretamente a questão de orçamento, de recursos financeiros. Eles estariam mais atrelados também a questões de conhecimento, principalmente deste Conselho. Podendo citar, por exemplo, ações que vão trazer essas melhorias e os ganhos ambientais. Existem gargalos, como questões de algumas resoluções que a gente poderia voltar a discutir aqui internamente. A gente sabe que existem alguns gargalos que impedem que algumas ações aconteçam. Então, existem itens que a gente pode voltar a discutir aqui no Conselho para melhorar e a

gente até atualizar esses assuntos que precisam, principalmente a temática ambiental, ele precisa estar em constante atualização.

A gente estuda também alguns assuntos que envolvem também contrapartidas, contrapartidas junto aos empreendedores que vêm aqui para o município. Hoje a gente tenta achar algum procedimento que permita que essa melhoria aconteça no município e a gente é um pouco barrado porque não existe essa previsão legal. Então, também trazer contrapartidas dos empreendedores de grandes indústrias, que vêm aqui para a nossa cidade poderiam ainda mais trazer recursos e melhorar as questões ambientais. Então, acho que a contribuição é mais no sentido de que a lei do orçamento, que realmente a gente está dobrando a expectativa, mas muitos assuntos são novos na secretaria, a gente tem muitas ações que não envolvem também recursos financeiros e aí sim, a gente consegue estruturar um plano, uma legislação, programas municipais, a gente consegue ainda estar mais embasado para quem sabe em 2026, exigir ainda um recurso comprovadamente mais alto do que esse.

SR. WALTER: Uma curiosidade. Você falou em 30 pessoas lá na secretaria. Todos são concursados ou tem cargo de confiança? Qual a porcentagem de cargos de confiança e a porcentagem de concursados?

SR. JUNIOR: Nem todos são concursados, né? A gente tem o gabinete, por exemplo, o meu secretário Robson, secretário adjunto. Nós não são os concursados, né? Depois a gente tem no gabinete a Josiane concursada e o Anderson concursado, com funções de chefia, chefe de gabinete. A gente tem os diretores nos departamentos, cinco departamentos, né? A gente tem o DLA, não tem o diretor hoje, né? Por opção da secretaria no momento, entender que não era necessário um diretor para aquele momento, mas é algo que a gente pleiteia e confesso que porcentagem, eu não sei te dizer o quanto tem de concursado, não concursado, a função de chefia. Mas o restante da secretaria, tirando os diretores e o gabinete, todos são servidores de carreira. E aí existe a chefia... Só para lembrar a Jéssica, a Beatriz. Aí nós temos a Ana Paula, nós temos a Regina e a Ellen. São assim rapidamente, pessoas que possuem uma chefia lá na secretaria. Diretora nós temos a Elvana, o Gustavo. Salvo engano, são os dois e o Ferreira como diretor dos parques e seriam esses. Mas assim, em porcentagem, eu não vou saber te dizer agora, Walter.

Mais alguém, pessoal? Mais alguma colocação, alguma sugestão? A gente pretende fazer do ano de 2025 uma... Não vou falar experiência porque a experiência pode dar certo ou errado, mas fazer ali uma projeção do que a secretaria pode vir a fazer nos próximos anos. Eu tenho certeza de que a secretaria está mais vocacionada às questões ambientais e a gente quer estar presente na sociedade são carlense, não somente ficar dentro de um prédio analisando processos, projetos. A gente quer atuar efetivamente e fazendo o Horto funcionar, a horta funcionar, arborização, recuperação de nascentes, recuperação de córregos, a gente consegue dar uma nova cara para a Secretaria do Meio Ambiente e da sua atuação no município. Para isso, a gente precisa desses levantamentos básicos, saber o que temos de arborização, saber o que temos de parques, saber o que podemos fazer para depois a gente buscar recursos sim, aí a gente vai, ciente do que a gente precisa, nós vamos atrás dos recursos.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Nós temos atualmente, dois veículos da secretaria e duas motos, né? É algo também que em determinados momentos a gente precisa e, aumentando o número de servidores, a gente precisa de mais investimentos, mas atualmente são dois veículos, dois carros e duas motos.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. WALTER: Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Secretaria de Meio Ambiente. Não, eu não tenho condição. Falei: Pô, eu vou te buscar e a gente vai resolver o problema. Eu já fiz isso. Porque tem que ter carro.

SR. PRESIDENTE: Não queremos chegar a esse ponto. Hoje a gente tem um fiscal na secretaria e duas motos. A gente tem uma sobra de uma moto ali. Mais alguém, pessoal? Não? Muito obrigado, então, pela presença. Encerramos a 220 Sessão Ordinária e agradeço pelas contribuições de todos. Boa noite.